



**XVIII ENANPUR**  
NATAL 2019  
27 a 31 maio

## **PATRIMÔNIO: UMA IDEIA EM TRANSFORMAÇÃO EM UM MUNDO NO QUAL “TUDO QUE É SÓLIDO DESMANCHA NO AR”**

### **Autores:**

Ana Luisa Jeanty de Seixas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - [analuisaseixas@gmail.com](mailto:analuisaseixas@gmail.com)

### **Resumo:**

O presente artigo busca fazer uma aproximação entre as transformações ocorridas no campo do patrimônio cultural brasileiro e o livro “Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: A Aventura da Modernidade”, de Marshall Berman. Assim, parte-se da ideia de que tudo está em contínua transformação - tudo se constrói e se desconstrói; nada é eterno - ideias e conceitos são revistos e toda estrutura será modificada ou desaparecerá. Essas transformações “das coisas ao redor” implicam em transformações no indivíduo e naquilo que somos - acarretam em incertezas e na busca do homem pelo “seu lugar”. Nesse sentido, compreendendo os bens materiais e imateriais como representações dos grupos sociais e reflexos de seus valores e costumes, a ideia de “patrimônio” poderia ser entendida como algo em constante transformação, com novos entendimentos e ampliação de conceitos, buscando em um mundo em mudança, identidade e identificação enquanto indivíduo, sociedade e Estados nacionais.



# **PATRIMÔNIO: UMA IDEIA EM TRANSFORMAÇÃO EM UM MUNDO NO QUAL “TUDO QUE É SÓLIDO DESMANCHA NO AR”**

## **INTRODUÇÃO**

Marshal Berman, escritor e filósofo americano, no livro “Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: A Aventura da Modernidade” (2007) apresenta a tese de que tudo está em contínua transformação e de que as “certezas” de hoje logo em seguida são relativizadas, repensadas e reconstruídas - tudo se constrói e se desconstrói; nada é eterno - ideias e conceitos são revistos e toda estrutura - física, social e política - por mais rígida que possa ser, será modificada ou desaparecerá. Essas transformações “das coisas ao redor” implicam em transformações no indivíduo e naquilo que somos - acarretam em incertezas e na busca do homem pelo “seu lugar”. Nesse sentido, compreendendo os bens materiais e imateriais como representações dos grupos sociais e reflexos de seus valores e costumes, a ideia de “patrimônio” também poderia ser entendida como algo em constante transformação, com novos entendimentos e ampliação de conceitos e ideias, buscando, em um mundo em mudança, uma identidade e uma identificação enquanto indivíduo, sociedade e Estados Nacionais.

Assim, esse artigo se propõe a refletir, de maneira exploratória, sobre mudanças e transformações no campo do patrimônio cultural brasileiro, o entendimento e a ampliação desse conceito que está diretamente relacionado à busca do indivíduo pelo seu lugar no mundo. Desde as origens da preservação no Brasil, com a busca pela formação da “identidade nacional”, a ideia inicial de bem de valor monumental e excepcional, predominante no início dessa preservação, passando por conjuntos arquitetônicos e urbanos, centros e cidades históricas até conceitos e discussões mais atuais como o de referências culturais, patrimônio imaterial e paisagens em diferentes escalas (paisagem cultural e paisagem histórica urbana), a “busca pela identidade” sempre foi importante. Paralelamente a essa ideia, cada vez mais, novos atores - talvez aqueles que no livro de Berman (2007) poderiam ser pensados como os “homens do subterrâneo” ou os “novos homens” - buscam também seu espaço e a sua valorização enquanto indivíduos e sociedade através do reconhecimento patrimonial.

## O MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO E A BUSCA DO HOMEM PELO SEU LUGAR

O mundo está em constante transformação, e esse fato é inerente à condição humana. Marshall Berman discorre, ao longo do livro, sobre a “aventura da Modernidade”, segundo ele uma “experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida” (2007, p.24). A tese apresentada e defendida pelo autor é de que “Tudo que é sólido desmancha no ar”, ou seja, tudo se constrói e se desconstrói; tudo está em transformação e nada é eterno, toda e qualquer estrutura, por mais rígida possa ser, é transitória e perene.

Essas mudanças, acontecendo muitas vezes de forma extremamente acelerada, são resultado de mudanças em todos os âmbitos da vida social e individual, gerando “turbilhões” que afeta direta e indiretamente a vida – a modernização:

“O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; Estados Nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão. No século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm a chamar-se ‘modernização’.” (BERMAN, 2007, p.25)

Para o autor, esse contínuo processo de transformação e de mudança que ocorre no ambiente social e no individual são intimamente ligados e “ameaçados” a não mais existirem:

“Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor - mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos”. (BERMAN, 2007, p.24)

“São todos movidos, ao mesmo tempo, pelo desejo de mudança – de autotransformação e de transformação do mundo em redor – e pelo terror da desorientação e da desintegração, o terror da vida que se desfaz em pedaços. Todos conhecem a vertigem e o terror de um mundo no qual ‘tudo que é sólido se desmancha no ar’ ”. (BERMAN, 2007, p.21)

Essas mudanças, por mais que façam parte da vida do ser humano, acarretam em incertezas e inseguranças.

“A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. ”. (BERMAN, 2007, p.24).

Nessa ideia de contínua transformação do mundo, da sociedade, das ideias, Berman (2007) apresenta, ao longo dos últimos cinco séculos, as tradições desenvolvidas pela modernidade<sup>1</sup> em cada período<sup>2</sup>, buscando entender como elas se refletem no indivíduo e as angústias e inquietações que essas mudanças podem gerar. Iniciando por *Fausto* de Goethe, apresentado no capítulo 1, passando pelas grandes transformações da revolução industrial, as implicações disso no mundo e no indivíduo, e a ideia de que “tudo que é sólido se desmancha no ar”, de Karl Marx no capítulo 2, o autor segue discutindo e apresentando essa “tomada de consciência” do homem e a busca pelo seu lugar e a apropriação dessa modernidade. Os personagens de Baudelaire e o papel da rua como pano de fundo e protagonista de mudanças (capítulo 3) e a saída do “homem do subterrâneo”, apresentados no capítulo 4 através dos poemas de Pushkin, Gogol e Dostoiévski, seja com uma postura mais de observador e passivo das coisas porém já demonstrando uma ânsia de mudar, até a saída efetiva desse subterrâneo e atitude de protagonista, exemplificam essas angústias da vida moderna, que no capítulo 5, parecem ser “engolidas” pelo “mundo das vias expressas”, que muitas vezes tende a ignorar o indivíduo.

Para Berman (2007), a primeira fase desse processo de mudanças inicia-se no século XVI e perdura até fim do século XVIII, momento em que as pessoas estão começando a experimentar a vida moderna, mas com pouco ou nenhum senso de um público ou comunidade moderna. No segundo momento, durante a grande onda revolucionária de 1790, período da Revolução Francesa, o mundo ainda não é moderno por inteiro, o que acarreta a sensação de viver em dois mundos simultaneamente - material e espiritual, embora a ideia de modernismo e modernização estejam mais presentes. Na última fase apresentada pelo autor, no século XX, esse processo de modernização se expande e o “público moderno se multiplica

---

<sup>1</sup> Para este artigo, com base no livro de Marshall Berman (2007), entende “modernização” como a ação em si, a realização; o termo “modernidade” refere-se a um processo, uma época, em um sentido mais amplo; “modernismo” é entendido como a doutrina, a corrente, o movimento artístico, cultural, filosófico desse contexto.

<sup>2</sup> Não será aqui aprofundado cada capítulo do livro, uma vez que o objetivo do artigo é, a partir das ideias principais apresentadas, refletir sobre a ideia de patrimônio e sua transformação ao longo do tempo.

em uma multidão de fragmentos” fazendo com que, para o autor, atualmente viva-se em uma era moderna que perdeu contato com as raízes de sua própria modernidade.

A cidade e o espaço público, de maneira especial a rua, é ao mesmo tempo cenário e pano de fundo, mas, ao longo do tempo e dos diferentes processos, torna-se principalmente protagonista dessas transformações e inquietações – desde os *boulevares* parisienses e as ruas de Petersburgo - “a cidade nos pântanos” - até o “mundo da via expressa” – exemplificado pelo caso de Nova York. Esse espaço público começa a adquirir uma relevância para a formação enquanto indivíduo, de apropriação e de pertencimento a este mundo de transformação, inclusive na questão urbana e de seleção sobre o que deveria permanecer e o que daria lugar à vida moderna. Essas mudanças estruturais se refletem (e são e serão refletidas) pelos indivíduos, que buscam identificar, nesse mundo em transformação, o seu lugar.

## O PATRIMÔNIO BRASILEIRO – IDEIAS E CONCEITOS EM TRANSFORMAÇÃO

Diante desse contexto de contínua transformação e inquietações sobre a vida moderna, o campo do patrimônio estaria incluído diretamente nesse contexto de uma busca do indivíduo pelo seu lugar, ou seja, pela sua identidade no mundo. Os bens materiais (cidades, edificações, monumentos...) assim como os bens imateriais (festas, rituais, saberes...) são representações dos grupos sociais que os criaram, refletindo seus valores e costumes. Alguns desses bens<sup>3</sup> passam, segundo Márcia Chuva (2011)<sup>4</sup>, por um processo de *patrimonialização*, fazendo com que sejam considerados patrimônio a ser mantido, protegido, conservado, ou seja, representantes da identidade de um povo nesse mundo que está sempre se “refazendo” e se “recriando”. Essa atribuição de valor a um determinado bem, ou seja, essa seleção, ocorre por diferentes razões, entretanto Marcia Sant’Anna (1995) aponta que existe uma função clara - estratégia de poder e de resistência – e o mesmo objetivo - a produção de significados. Embora inicialmente essa produção de significados estivesse mais ligado ao campo da história e da estética, o uso mais frequente do patrimônio como instrumento político envolveu outras disciplinas como a sociologia, a antropologia e a ecologia, que contribuíram para a ampliação do campo patrimonial e para a valorização de novos objetos como patrimônio (SANT’ANNA, 1995, p.15).

Refletindo brevemente sobre o patrimônio, é oportuno, primeiramente, apontar sua origem na Revolução Francesa (1789 - 1799), momento também apontado como Berman (2007) como de grandes convulsões em níveis pessoais, sociais e políticos. Nesse contexto, a ideia de “patrimônio nacional” surge visando proteger a propriedade pública e evitar pilhagens (SANT’ANNA, 1995, p.14). Consagrado como monumento / monumento histórico,

---

<sup>3</sup> Nesse artigo não será aprofundada a diferenciação “bens culturais” e “patrimônio”, entendendo-se, *a priori* que “bens culturais” são bens que representam valores para algum grupo social e “patrimônio” são aqueles que possuem processo de valoração oficial, ou seja, tombados ou registrados pelo Estado.

<sup>4</sup> Esse termo foi utilizado por Marcia Chuva na disciplina “Constituição no Campo do Patrimônio” durante o 1º Módulo de Aulas do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, maio de 2011.

esse termo está associado, segundo Françoise Choay (2011, p.16-19), à ideia de preservação da memória, originando-se do latim “*monumentum*”, derivação do verbo “*monere*”, que significa “advertir; lembrar à memória”, indicando, a ligação disso à questão de identidade social, da busca do homem pelo seu lugar em um mundo que se transforma rapidamente. Nesse contexto das grandes transformações físicas e sociais da Revolução Francesa, o Estado passou a se preocupar e a atuar mais efetivamente, ainda que de uma maneira contraditória<sup>5</sup>, preservando alguns monumentos e edificações e autorizando a destruição de outros relacionados ao antigo regime – em um mundo em transformação, era necessário escolher o que deveria ser ou não preservado para o futuro. Segundo Ana Lúcia Goldzer Meira (2004b, p.2), esse é o momento em que as antiguidades são consideradas, pela primeira vez, como um bem coletivo de interesse de uma nação e passam a ser objeto de políticas públicas – oficiais e centralizadas. Essa estrutura de preservação estatal caracterizou a gestão do patrimônio na França e inspirou diversos países, entre eles o Brasil.

Embora a preservação de bens culturais seja um tema que vem sendo tratado como política pública desde a Revolução Francesa, apenas no século XX, com o processo de mundialização, a ideia de patrimônio teve grande expansão, tornando-se uma palavra-chave, principalmente, segundo Choay (2011, p.11), para a indústria do turismo, interessada em explorar valores e referências regionais como mercadoria, fazendo com que essa atribuição de valor econômico aos bens culturais auxiliasse a popularização de ideias como memória, história, cultura, identidade.

No Brasil o início da preservação, segundo indica Sant’Anna (1995, p.79) ocorre também em um contexto de grandes transformações políticas de centralização, tendo como marco a Revolução de 1930, que, juntamente com a Constituição Federal de 1934<sup>6</sup> permite a atuação do Estado de maneira mais efetiva sobre o patrimônio. Além disso, no campo intelectual/cultural, a semana de arte moderna de 1922 teve reflexo no campo patrimonial, com grandes intelectuais preocupados também com esse tema – em um mundo moderno e em mudanças, a identidade brasileira, e conseqüentemente o patrimônio que a representava, deveriam ser preservados. A institucionalização das práticas de preservação a partir da aprovação do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que “organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”, e da criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional<sup>7</sup> – atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 1938, legitimam essa política e indicam diretrizes a serem seguidas no campo do patrimônio.

Ao longo de sua trajetória como órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural, o IPHAN, acompanhando as discussões e os entendimentos sobre o que seria considerado patrimônio, passou por diferentes fases, com diversas ações e intervenções na

---

<sup>5</sup> Alguns autores indicam essa contradição, como Ana Lúcia Goldzer Meira (2004b) e Márcia Sant’Anna (1995)

<sup>6</sup> A Constituição Federal anterior, de 1891, indicava que o direito de propriedade era inviolável e individual. A Constituição Federal de 1934 apresenta uma mudança significativa, apresentando a função social e coletiva da propriedade, indicando que a mesma possui uma “face social”.

<sup>7</sup> Esse órgão de preservação, desde sua criação em 1938, apresentou diferentes denominações que não serão aprofundadas nesta proposta. Neste projeto de pesquisa, será adotado o termo IPHAN, para denominar o órgão nacional de preservação.

seleção e tombamento<sup>8</sup> de bens, nas áreas de entorno<sup>9</sup> e nas cidades em geral. Observa-se que, à medida que a sociedade brasileira e as discussões mundiais sobre o patrimônio iam se alterando, novos entendimentos sobre o tema iam sendo pensados pelos órgãos responsáveis.

A preservação inicia-se na chamada “fase heroica”, entre 1937 até 1967, fase de estruturação e mudanças políticas e sociais importantes no país. Para Maria Cecília Londres da Fonseca (1997), esse é o momento de consolidação também das políticas patrimoniais e do IPHAN em si, da busca da identidade nacional e da procura por bens culturais que melhor representassem o que era o “ser brasileiro”. Nesse contexto, o foco eram os bens materiais, num momento identificado como “pedra e cal”, ou seja, cujo valor se encontrava nas construções. Nesse sentido, para Chuva (2009, p.31), a Instituição federal de patrimônio “identificou a ‘porção edificada’ do Brasil, ajudando assim a ‘edificar’ o País”. Para além das edificações isoladas, as cidades também são estudadas e Sant’Anna (1995) identifica nesse período as chamadas “Cidades - Monumento”, ou seja, aquelas nas quais as áreas urbanas eram entendidas como um só monumento ou obra de arte. É o momento inicial da preservação no qual a busca do indivíduo pelo seu lugar, apropriando-se da ideia que Berman (2007) apresenta, é justamente essa busca pelo “ser brasileiro” em um país que passava por um turbilhão e por grandes transformações na sua formação enquanto nação.

Em um novo momento de transformação, entre os anos de 1968 a 1979, Fonseca (2009) identifica a chamada “Fase Moderna”, com novos questionamentos sobre o que deveria ser considerado Patrimônio Nacional.

“Também em termos conceituais, a ênfase dada aos monumentos da cultura do colonizador tornava problemática, nos anos 1970, uma identificação social mais abrangente com o patrimônio. Para setores modernos e nacionalistas do governo, era necessário não só modernizar a administração dos bens tombados, como também atualizar a própria composição do patrimônio, considerada limitada a uma vertente formadora da nacionalidade, a luso-brasileira, a determinados períodos históricos, e elitista na seleção e no trato dos bens culturais, praticamente excluindo as manifestações culturais mais recentes, a partir da segunda metade do século XIX, e também a cultural popular.” (FONSECA, 2009, p. 143)

Nesse momento há uma ampliação da ideia de patrimônio para além das edificações e de um patrimônio “elitizado”. Entre outros intelectuais da época, Aloísio Magalhães<sup>10</sup>, aponta a importância da memória nacional, “até aquela feita em barro pelas mãos dos mais humildes e anônimos artesãos” (MAGALHÃES *apud* FONSECA, 1997, p. 147). É uma nova visão sobre a temática, mais ampla e com a participação de novos atores - novos “homens do subterrâneo”, um “novo homem na rua”, lembrando as ideias de Berman (2007), que surgem

---

<sup>8</sup> O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural.

<sup>9</sup> Área de entorno é entendida como a área localizada na vizinhança dos bens tombados e tem como objetivo preservar a sua ambiência e impedir que novos elementos obstruam ou reduzam sua visibilidade.

<sup>10</sup> Aloísio Magalhães foi diretor do IPHAN entre os anos 1979 e 1982.

e reivindicam também, seu espaço e sua representatividade enquanto identidade e patrimônio nacional.

Nesse contexto, importantes transformações urbanas acontecem, com investimentos voltados para o desenvolvimento de “cidades turísticas”. Essas rápidas mudanças e desenvolvimento urbano fez com que, segundo Lia Motta (2010, p.49), a partir da década de 1970, segmentos da classe média urbana reivindicassem maior qualidade de vida nas cidades, identificando, na preservação do patrimônio cultural e na própria questão do disciplinamento das áreas, valores a serem considerados na definição das políticas urbanas. No meio da velocidade das transformações, a população tentava se encontrar, podendo-se fazer, talvez, um paralelo com o contexto de turbilhão e de mudanças vivenciados pelos personagens que Berman (2007) apresenta:

“Essa atmosfera – de agitação e turbulência, aturdimiento psíquico e embriaguez, expansão das possibilidades de experiência e destruição das barreiras morais e dos compromissos pessoais, auto expansão e auto desordem, fantasmas na rua e na alma – é a atmosfera que dá origem à sensibilidade moderna.” (BERMAN, 2007, p.27-28)

“Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras consequências para o ser humano.” (BERMAN, 2007, p.28)

Embora não se tratando da mesma época histórica, poderia ser possível pensar em uma aproximação sobre o sentimento gerado, no indivíduo, pelas grandes revoluções urbanas/industriais europeias e as transformações nas cidades brasileiras da década de 1970, tirando-o da sua “zona de conforto” e alterando aquilo que ele antes conhecia como “verdade” e como “certeza” e que, muito rapidamente, “se desmancha no ar”.

É nessa década de 1970, que Sant’Anna (1995) indica as chamadas “Cidades Históricas”, apontando, assim como outros autores, o desenvolvimento do turismo, o avanço da industrialização e da expansão urbana acelerada (que colocava em risco o patrimônio), e a crise do modelo centralizado de gestão do patrimônio urbano. Era o momento em que se buscava a “revitalização” e o desenvolvimento turístico e regional - o patrimônio passa a ter um valor econômico e ser um fator de desenvolvimento local, conforme aponta Vanessa Bello Figueiredo (2014). O que antes era um bem sem valor, que poderia “impedir” o desenvolvimento e o progresso, passa a ser visto como um potencial econômico – um exemplo de uma “verdade” tida como “certa” que se torna relativa e questionável – uma mudança conceitual que afeta diretamente o indivíduo, sua relação com a cidade, com o patrimônio e com sua própria identidade.

Ao longo dos anos de 1970 e, principalmente, de 1980, com essas transformações urbanas, o crescimento das cidades e o fortalecimento das organizações civis, o interesse pela definição de normas e de planejamento urbano para as cidades ampliou-se, com a inclusão da

preservação em discussões urbanas. É nesse contexto que Sant'Anna (2011) indica a chamada fase da “Cidade-documento” - a cidade entendida como um “documento de processos de ocupação do território e de produção do espaço urbano”, com a predominância do valor histórico desse espaço, ou seja, a capacidade de concentrar informações sobre processos sociais, econômicos e culturais. Entretanto, a valorização do solo e a especulação imobiliária nas áreas urbanas acarretaram na descaracterização de bens tombados pela perda ou pelo comprometimento de suas ambiências - tudo se transforma novamente e o referencial anteriormente definido passa a ser relativizado.

Na década seguinte, segundo apontam autores como Meira (2004) e Sant'Anna (2011), ocorre a “revitalização” dos centros urbanos e o envolvimento mais acentuado do turismo, o que acaba por provocar um processo de “artificialização” – os bens culturais adquirem um papel exclusivamente de atrativo cultural, sendo entendidos como objetos turísticos a serem valorizados, explorados e que poderiam reverter em dinamismo para a cidade. É a fase que Sant'Anna (2011) denomina de “Cidade-Atração”, quando, após a crise, ocorre a “revalorização imobiliária”, ou seja, a “regeneração” e “gentrificação” de setores urbanos esvaziados e deteriorados. Nesse momento, cultura e patrimônio passam a ser vistos como insumos estratégicos da refuncionalização, recurso estratégico da economia urbana e da competição entre cidades e articulação ao mercado turístico e imobiliário e à indústria cultural. Dessa forma, os centros históricos são entendidos como “regiões privilegiadas” para projetos que iriam dinamizar a economia urbana e atrairiam atividades turísticas, comerciais e de serviços, ocasionando, entre outras coisas, a chamada gentrificação e a criação de “guetos turísticos”, que se encontravam “desarticulados da dinâmica cotidiana das cidades e (com) fluxo turístico insuficiente” para a sua sustentabilidade (SANT'ANNA, 2011). A visão e o entendimento sobre o patrimônio novamente muda, passando a se ter um olhar econômico e turístico sobre os bens.

A partir da década de 2000, novos instrumentos e ações do Estado são aplicados, segundo Figueiredo (2014), com a proposição de atuar diretamente na lógica e dinâmica das cidades de maneira integrada e baseada nos patrimônios culturais. Além das ações estatais nas cidades, os desafios aumentam, com o alargamento dos conceitos, ideias e entendimentos sobre bens culturais e patrimônio, tanto em termos mundiais como nacionais. Trata-se de um novo momento de mudanças conceituais e que são reflexos dessa busca do indivíduo pelo seu lugar no mundo, como por exemplo o Decreto nº 3551/2000 que institui o registro dos bens culturais de natureza imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - festas, costumes, saberes e lugares passam a ser identificados e valorizados como patrimônio. A ideia de Patrimônio Cultural, oficialmente, se torna mais ampla do que apenas a “pedra e o cal” anteriormente valorizados. Há uma ampliação de ideias e entendimentos sobre a diversidade cultural e, além de temas já previstos na Constituição de 1988<sup>11</sup> como patrimônio imaterial<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Conforme aponta o IPHAN, a “A Constituição Federal de 1988 (...) ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25 (...) substituindo a denominação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial. ”

<sup>12</sup> “Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). ” Embora previsto desde a Constituição Federal de 1988, que amplia a noção de patrimônio cultural reconhecendo a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, a temática é efetivamente

e arqueológico<sup>13</sup>, há o alargamento dessas temáticas com reflexões relacionadas à patrimônio ferroviário, genético, naval, diversidade linguística, paisagem cultural entre outros – temas que também se refletem e influenciam as políticas urbanas.

Desde a ideia inicial de bem de valor monumental e excepcional, predominante no início da preservação no Brasil, passando por conjuntos arquitetônicos e urbanos, centros e cidades históricas até conceitos e discussões mais atuais como o de patrimônio imaterial, referências culturais e paisagens em diferentes escalas (paisagem cultural e paisagem histórica urbana), o papel do indivíduo como protagonista dessas ações, evoca esse sentimento de mudança, de inquietação, de constante transformação, apresentada por Berman (2007).

Isso requer não apenas uma mudança de conceitos, mas uma mudança de ideologia e de modo de gerir esse patrimônio em ampliação:

“O progressivo alargamento daquilo que é considerado objeto de interesse para a preservação (...) agregando outros valores rumo ao reconhecimento da diversidade cultural – cria novos problemas e, portanto, novos desafios à gestão.” (FIGUEIREDO, 2014, p. 29)

Os atuais instrumentos de preservação e gestão do patrimônio - tombamento, registro e chancela, parecem não atender as demandas para que o patrimônio possa ser valorizado e incorporado na dinâmica da cidade e dos seus agentes, que estão sempre em transformação:

“No campo do patrimônio cultural, especificamente, há fortes indícios de que vivemos um momento de transição. O paradigma tradicional, e anda predominantemente, ancorado na noção de monumento e na ação de proteção via tombamento, tutela do Estado e restauro da matéria, apresenta sintomas de desgaste e esgotamento. Revela-se insuficiente e não se adequa mais à diversidade cultural, de significados, aos anseios, problemas e às necessidades (objetivas e subjetivas), da população brasileira, bem como às próprias formulações conceituais recentes.” (FIGUEIREDO, 2014, p. 30)

Segundo indicam alguns autores, ao se comemorar os 80 anos do Decreto-lei nº 25 e do IPHAN, é o momento de discutir e refletir sobre os caminhos da preservação, a atuação e a eficácia das políticas aplicadas. Encontramo-nos, novamente, em um momento de transição, no caso sobre ideias e conceitos do que é patrimônio, ou seja, o que é a “herança” que será

---

entendida como política pública a partir do Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000 - que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acessado em dezembro de 2017)

<sup>13</sup> Os bens de natureza material de valor arqueológico são definidos e protegidos pela Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, sendo considerados bens patrimoniais da União. Para o IPHAN, “são considerados sítios arqueológicos os locais onde se encontram vestígios positivos de ocupação humana (...)” (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/315>. Acessado em dezembro de 2017)

deixada ao futuro, como novos atores, talvez aqueles “homens do subterrâneo” indicados por Berman (2007).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem busca, ao longo de sua história, o seu lugar, a sua identidade. No meio das transformações e das mudanças, das incertezas que esse contexto gera, olhar o passado e buscar a ponte com o futuro (MEIRA, 2004a, p.13) torna-se fundamental. Nesse mundo em contínua transformação, no qual “tudo que é sólido desmancha no ar”, o patrimônio, a herança deixada por gerações anteriores e aquelas que serão deixadas para as futuras, é uma parte da identidade que permite uma certa referência ao indivíduo – no turbilhão chamado modernidade, pode ser um “porto seguro” que tranquiliza e indica “onde estamos e quem somos”.

Conforme indica Berman (2007), o “ser moderno” é viver em um ambiente de um turbilhão de sentimentos, de aventura, de crescimento, de autotransformação e transformação do mundo ao redor, e ao mesmo tempo conviver com a ameaça de que tudo irá mudar, incluindo quem somos (p.24). Nesse sentido, alguns bens que mantenham a identidade da sociedade, independente das rápidas mudanças, pode permitir ao indivíduo se sentir mais seguro e pertencente ao mundo, identificando o “seu lugar”, pelos lugares de seus antepassados e suas origens.

Observa-se que, como todas “as coisas ao redor”, a ideia de patrimônio também vai sendo alterada ao longo dos anos no Brasil e no mundo. Conceitos e definições de algumas décadas atrás são revistos e ampliados, entendendo-se como um processo dinâmico da sociedade. Assim, o patrimônio que antes era identificado apenas em monumentos e edificações de valor monumental e/ou ligadas a grandes fatos históricos, vai sendo identificado no conjunto de edificações talvez mais “singelas”, mas repletas de referências. Novos atores, aqueles que no início da preservação talvez estivesse “no subterrâneo”, vão ganhando destaques e, para além da “pedra e do cal”, seus modos de vida, o “saber fazer”, as festas populares, o artesanato e tantas outras manifestações culturais vão sendo entendidas como parte da formação da identidade nacional e reconhecidos como patrimônio. Conceitos como “autenticidade” e “antiguidade” passam a serem questionados e relativizados, “se desmanchando no ar” e permitindo um entendimento mais amplo dos valores de cada bem. O antes chamado “patrimônio histórico”, amplia-se para “patrimônio cultural”, abrangendo esses novos atores e novas ideias sobre as referências identitárias de um povo. O bem, antes isolado, cada vez mais é entendido como parte de um contexto urbano e social, com a relação intrínseca entre a edificação e as pessoas que o utilizam ou utilizaram.

A rápida mudança, as transformações urbanas e essas incertezas e receios que Berman (2007) indica como parte integrante do homem nessa grande aventura chamada modernização exige que existam referências para que esse homem se sinta mais seguro e com a ideia de pertencimento, que identifique o seu lugar nesse mundo que está continuamente se desmanchando e se recriando – papel esse desempenhado pelo seu patrimônio cultural.

## REFERÊNCIAS

- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: COMPANHIA DAS LETRAS, 2007.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 3.ed. São Paulo: ESTAÇÃO LIBERDADE: UNESP, 2006.
- \_\_\_\_\_. *As Questões do Patrimônio: Antologia para um Combate*. Lisboa: EDIÇÕES 70, 2011.
- CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogêneses das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 - 1940)*. Rio de Janeiro: EDITORA UFRJ, 2009. p. 29-90.
- FIGUEIREDO, Vanessa Bello. *Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas: inspirações à política de preservação cultural no Brasil*. Tese (Doutorado). FAUUSP, São Paulo, 2014.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio no Brasil. In: *O patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC- IPHAN, 1997. p.85 – 261.
- IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Disponível em <[www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)>. Acessado em dezembro de 2017.
- \_\_\_\_\_. *Cronologia e bibliografia das práticas de preservação/Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN*; [apresentação Lia Motta]. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.
- MEIRA, Ana Lucia Goldzer. *O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre*. Porto Alegre: EDITORA DA UFRGS, 2004a.
- \_\_\_\_\_. Políticas Públicas e Gestão do Patrimônio Histórico. Disponível em <[http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/hr/hr\\_10/historia\\_em\\_revista\\_10\\_ana\\_meira.html](http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/hr/hr_10/historia_em_revista_10_ana_meira.html). > 2004b. Acessado em fevereiro 2013.
- MOTTA, Lia. *Entorno de Bens Tombados*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2010.
- SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à Cidade – Documento- A trajetória da Norma de Preservação de Áreas Urbanas no Brasil (1937 - 1990)*. Dissertação (Mestrado). UFBA, Salvador, 1995.
- SEIXAS, Ana Luisa Jeanty. “Conservação e Requalificação urbanas: a preservação de áreas urbanas no Brasil: Instrumentos de identificação, proteção e gestão”. [Anotações do 2º

Módulo de Aulas Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural – Turma 2011]. 2012.

\_\_\_\_\_. “Constituição no Campo do Patrimônio”. [Anotações do 1º Módulo de Aulas Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural – Turma 2011]. 2012

\_\_\_\_\_. *Gestão das áreas de entorno de bens tombados: estudos de caso nas cidades gaúchas de Piratini e Novo Hamburgo*. Dissertação (Mestrado). IPHAN, Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_. “O urbanismo moderno e as cidades brasileiras”. [Anotações de Aulas Doutorado – PROPUR - UFRGS –2018/1].